



# PAN - BRASIL: PERSPECTIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DO COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Emanuela Viana Falcão<sup>1</sup>

”Bartolomeu Israel de Sousa”<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Emanuela Viana Falcão Graduando em Bacharelado em Ecologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Departamento de Engenharia e Meio Ambiente. Campus IV, Litoral Norte - Rio Tinto - PB; emanuelafalcao \_@hotmail.com

<sup>2</sup>Prof. Dr. Bartolomeu Israel de Sousa da Universidade Federal da Paraíba - UFPB/Departamento de Engenharia e Meio Ambiente/curso de Ecologia .Campus IV, Litoral Norte - Rio Tinto - PB;

## INTRODUÇÃO

Compreende - se por desertificação a degradação que ocorre nas áreas de clima

seco (zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas), consistindo numa das maiores

ameaças ambientais que tem atingido o mundo. Suas causas estão relacionadas às

mudanças climáticas e as ações antrópicas (desmatamento excessivo; erosão,

salinidade e perda de fertilidade dos solos; superpastejo), o que faz com que as

áreas atingidas por esse processo venham a apresentar aparência de desertos.

Embora seja um fenômeno antigo, a desertificação só passou a despertar atenção

internacional a partir da década de 1970, devido à ocorrência de uma série de

secas que atingiram parte do continente africano, levando a vida de milhares de

pessoas e animais, além de um grande prejuízo econômico para as nações

atingidas.

As áreas susceptíveis á desertificação, de acordo com a CCD (1995), tomaram por

base a classificação climática de Thorntwaite (1941), o qual estabelece o índice de

aridez. Este índice é calculado dividindo - se a quantidade de precipitação média

anual pela evapotranspiração potencial média anual de um período mínimo de 30

anos de informações meteorológicas. Dessa forma, as áreas susceptíveis

desertificação são as que apresentam um índice de 0,21 a 0,65.

O grau de susceptibilidade a desertificação, conforme Matallo Jr. & Shenkel

(1999) varia de “muito alto” a “moderado”. Assim, quanto mais seca for uma dada

área, mais susceptível ela é a desertificação. Entretanto, esse critério não é

suficiente para caracterizar as áreas de risco, pois este envolve outros fatores,

além dos critérios climáticos. Os riscos estão relacionados ao tipo e a intensidade

de uso dos recursos naturais. Logo, as áreas sujeitas à maior risco estão

representadas por aquelas que associam altas suscetibilidades com fatores

humanos de ocupação.

Sobre o combate à desertificação, o capítulo 12 da Agenda 21 ressalta que se deve

conferir prioridade á implementação de medidas preventivas para as terras

atingidas pela degradação ou que estejam apenas levemente degradadas,

destacando ainda, que as áreas seriamente degradadas não devem ser

negligenciadas. Nesse contexto, para o combate a desertificação e a seca, é

essencial a participação das comunidades locais, organizações rurais, governos

nacionais e regionais (Agenda 21, 1996).

No caso do Brasil, estima - se que esse processo venha comprometendo uma área

de aproximadamente 181.000km<sup>2</sup>, decorrentes de impactos difusos e concentrados

(MMA, 2002). As áreas susceptíveis a esse tipo de degradação no Brasil estão

inseridas em terras dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba,

Bahia, norte de Minas Gerais e noroeste do Espírito Santo. Tais áreas abrangem

1.201 municípios e uma superfície de 1.130.790,53km<sup>2</sup> dos quais 710.43,30 km<sup>2</sup> (62,8%) é caracterizada como semiáridas e 420.258,80km<sup>2</sup> (37,2%) como subúmido seco.

## OBJETIVOS

Em 2004, obedecendo as sugestões da Organização das Nações Unidas (ONU) e os trabalhos desenvolvidos por ocasião da Eco - 92, o Brasil elaborou o seu Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN - Brasil (BRASIL, 2004). Dessa forma, este trabalho consiste numa análise crítica em relação à criação do PAN - Brasil e das suas propostas em relação à área afetada por esse tipo de degradação em território nacional.

## MATERIAL E MÉTODOS

O PAN - Brasil está centrado na busca da erradicação da pobreza e desigualdade social, tendo como paradigma à ética do desenvolvimento sustentável, assumindo maior significado na medida em que faz referências e busca criar condições de social, tendo como paradigma à ética do desenvolvimento sustentável, assumindo configurando um quadro muitas vezes desolador de pobreza e miséria.

Esse programa de intervenção regional configura - se como instrumento norteador para as implementações de ações articuladas no controle e no combate à desertificação, bem como para a ampliação dos acordos sociais, envolvendo diversos segmentos da sociedade. Dessa forma derivam - se os eixos temáticos fundamentais, correspondentes aos macro - objetivos do governo Federal no PAN - Brasil, a saber:

- Eixo 1: Combate à pobreza e à desigualdade;
- Eixo 2: Ampliação sustentável da capacidade produtiva;
- Eixo 3: Preservação, conservação e manejo sustentável de recursos naturais;
- Eixo 4: Gestão Democrática e fortalecimento institucional.

Apropostas das ações focadas no eixo 1 asseguram que o combate à desigualdade centrar - se - á na redistribuição de ativos, por meio da reforma agrária e da melhoria da educação fundamental. Estabelecem que o combate à pobreza e á insegurança alimentar e nutricional será realizada por ação integrada entre vários programas governamentais de apoio à agricultura familiar, bem como os programas emergências de renda, como o Fome Zero, o Bolsa Família e outros.

As ações derivadas do eixo 2 consideram os atuais problemas e os estágios de desertificação nas ASD (Áreas Susceptíveis a Desertificação). Tais ações reafirmam que o setor de agricultura familiar é o elemento central e dinâmico na construção de processos de desenvolvimento sustentável nas ASD.

No que se referem às questões do eixo 3, buscou - se assegurar aderência das propostas especiais para as ASD com os elementos constitutivos das políticas ambientais das áreas afetadas por esse tipo de degradação.

No eixo 4 foram definidas uma série de ações no sentido de aprofundar e consolidar a experiência democrática, com forte insistência na participação da sociedade civil em todas as instâncias.

A metodologia adotada pelo governo brasileiro para a construção do PAN - Brasil procura atender aos princípios da CCD (1995) no âmbito internacional e a condicionantes nacionais como os seguintes: dimensões territoriais; organizações federativas; nível da organização da sociedade civil e prioridades políticas do governo brasileiro. Nessa perspectiva, procurou - se:

- I. Garantir ampla participação na construção do programa;
- II. Facilitar a construção de pactos e compromissos entre órgãos federais, estaduais e organizações da sociedade civil;
- III. Criar condições para abordar o combate à desertificação de forma transversal, considerando as políticas relevantes;
- IV. Consolidar um programa orientado para a promoção do desenvolvimento sustentável das áreas susceptíveis à desertificação.

A parceria envolvendo a sociedade civil foi facilitada por duas tendências importantes e interligada no contexto do processo democrático no Brasil, em particular na Região Nordeste. A primeira diz respeito a mudanças radicais na gestão pública, dando - se ênfase ao controle social, à promoção da cidadania e á descentralização (conforme o mega - objetivo estratégico do governo). A segunda refere - se ao fortalecimento da organização social em geral e a sua crescente capacidade de interação com o setor público.

É nesse contexto que se preocupou incluir, no processo de elaboração participativa do PAN - Brasil, a experiência já desenvolvida pela sociedade civil organizada, principalmente a da Articulação do Semiárido (ASA), que vêm, desde 1999, mantendo contatos interinstitucionais e intersetoriais, visando á proposição e implementação de políticas públicas dirigidas á construção de instrumentos de convivência com o semi - árido.

## RESULTADOS

Com a criação do PAN - Brasil define - se, em nível nacional, as diretrizes que irão nortear o combate à desertificação e as ações mitigadoras dos efeitos das secas, ficando sob responsabilidade dos Estados atingidos por esses fenômenos no país, de acordo com as suas especificidades naturais e socioeconômicas, o estabelecimento dos seus próprios planos em relação ao enfrentamento dessas problemáticas nos seus territórios.

Passados quase cinco anos desde a criação desse plano, a situação em relação a desertificação no Brasil ainda continua preocupante, com poucas ações governamentais efetivas sendo postas em prática. O mesmo se pode dizer quanto aos efeitos das secas prolongadas em território nacional. Ainda assim, algumas ações originadas através da atuação da sociedade civil organizada, a exemplo das ONGs, vem obtendo grande sucesso, servindo de modelo para algumas intervenções governamentais. Nesse caso poderíamos citar, entre outras, o Programa 1 Milhão de Cisternas.

Consideramos que, apesar dos poucos resultados efetivos até agora obtidos através do PAN - Brasil, este plano constitui - se de elevada importância pelo que pode possibilitar para

os territórios atingidos pela desertificação e pelas secas prolongadas, através das ações governamentais e da sociedade civil organizada de uma vasta área do Brasil.

## CONCLUSÃO

As causas da desertificação estão relacionadas a um conjunto de elementos de ordem natural e social significando, por fim, a redução da qualidade de vida das populações afetadas pelo conjunto combinado dos mesmos. O objetivo principal do PAN - Brasil consistiu em identificar os fatores que contribuem para a desertificação e as medidas de ordem prática necessárias ao seu combate e à mitigação dos efeitos da seca em território nacional. A partir daí, foram estabelecidas diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam aperfeiçoar a formulação e a execução de políticas públicas e investimentos privados nas ASD. O documento em questão assume maior significado na medida em que faz referências e busca criar condições de prosperidade para uma região com grandes déficits sócias e produtivas, que configuram um quadro muitas vezes desolador de pobreza e miséria.

Espera - se que, através do conjunto de ações a serem implantadas tendo por base esse programa de intervenção governamental, as áreas atingidas por esse tipo de degradação no Brasil venha a apresentar no futuro um quadro de desenvolvimento baseado na sustentabilidade ambiental, econômica e social.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN - Brasil)** Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ Secretaria de Recursos Hídricos, 2004.
- CCD. Convenção das Nações Unidas de Combate á Desertificação.** Tradução: Delegação de Portugal. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental, 1995.
- Matallo JR., H. & Schenkel, C. S. A desertificação no mundo e no Brasil.
- In: Matallo, JR., H. (org.). **Desertificação.** Brasília; UN-ESCO, 1999.
- Thorntwaite, C. W. **Atlas of climatic types in the United States. U.S.** Department of Agriculture/Forest Service: Miscel Publ., nº 421, 1941
- AGENDA 21** - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992 - Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal, 1996. 585p.